

O ESPAÇO DAS MINAS GERAIS: PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL E REGIONALIZAÇÃO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Alexandre Mendes Cunha¹
Marcelo Magalhães Godoy²

O presente trabalho é fruto de um diálogo entre duas pesquisas distintas que, ainda que com foco e métodos originalmente distintos, debruçaram-se sobre a questão espacial, e particularmente sobre o tema da regionalização, enquanto eixo essencial para a compreensão da história de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. O estudo original de Marcelo Magalhães Godoy, responsável primeiro pelo esforço de regionalização que aqui se apresenta, remonta o começo da década de 1990 e ocupa-se incisivamente do século XIX;³ já o trabalho de Alexandre Mendes Cunha, avançando no tema das categorias de percepção do espaço original e sua dinâmica de diferenciação, busca refletir mais especificamente sobre o século XVIII, ainda que projetando a análise para as primeiras décadas do século seguinte.⁴ A reunião das duas pesquisas contribui não só para uma defesa da necessidade de se tomar a realidade econômica de Minas a partir de uma sólida análise regionalizada, baseada não em compartimentações aleatórias ou anacrônicas do território; mas também, e especialmente, para vislumbrar esse caráter dinâmico, e nisto propriamente histórico, do processo de diferenciação espacial entre o século XVIII e o XIX, quebrando assim o dado estático de um mapa de regiões.

A sistemática adotada aqui será, portanto, a de apresentar considerações iniciais sobre a formação do espaço econômico mineiro ainda na primeira metade do século XVIII, demarcando as categorias de percepção espacial dadas pelas especificidades naturais, bem como o curso da construção coletiva do espaço, com destaque para a precoce formação urbana; para, a partir daí apresentar um modelo de regionalização para o século XIX, momento em que efetivamente se condensaria uma dinâmica econômica interna claramente segmentada, fruto do específico da complexificação da base produtiva e das

¹ Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense / Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR / UFMG.

² Doutorando em História pela Universidade de São Paulo / Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR / UFMG.

³ Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109).

⁴ Alexandre Mendes CUNHA, "A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século", *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002. / Alexandre Mendes CUNHA, *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, Niterói, ICHS/UFF, 2002 (Dissertação de mestrado em História).

atividades comerciais; e, a partir dessa regionalização para o Dezenove, superposta ao mapa das categorias de percepção do espaço original, retroceder ao Dezoito e apresentar uma regionalização válida para o espaço econômico que começava ali a adquirir contornos regionais, e com isto vislumbrar a dinâmica de diferenciação posta a funcionar entre os dois séculos.

I. CATEGORIAS DE PERCEPÇÃO DO ESPAÇO SETECENTISTA MINEIRO

O desenho primeiro do urbano das Minas, que tem seu risco na força da economia mineradora, enreda-se pelo Dezoito e Dezenove em um processo complexo de produção social do espaço. Esses caminhos ente o urbano e o rural e a centralidade espacial das Vilas do Ouro só podem ser adequadamente lidos quando dentro de um quadro mais amplo, que traz em si a dinâmica das articulações e rearticulações entre regiões distintas no território da capitania. Em outros termos, o urbano que se conforma a partir do espaço da “cidade mineradora”, responderia desde logo a um conjunto de forças internas e externas ao território das Minas, que diferenciariam regiões e muito cedo se pronunciariam sob a forma de uma complexa relação campo-cidade.⁵

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica, como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro.⁶ No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que na passagem do Dezoito para o Dezenove poderia ser tomado como

⁵ Sobre o argumento da “cidade mineradora” como eixo de leitura para a formação espacial da vilas setecentistas mineiras ver: Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 164) / Alexandre Mendes CUNHA, “Vila Rica - São João del Rey: as transformações no urbano das vilas do ouro entre o século XVIII e o XIX” in: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR: ética, planejamento e construção democrática do espaço – maio/junho 2001, Rio de Janeiro, RJ*, Rio de Janeiro, ANPUR e IPPUR/UF RJ, 2001 / Alexandre Mendes CUNHA, Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, “Dimensões do Urbano: Espaço e Cultura nas Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000, Natal, RN*, Natal: PPGAR/UF RN - ANPUR, 2000 / Idem, “A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais” in: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira – setembro de 2000, Diamantina, MG*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2000.

⁶ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, p.5 / Francisco IGLÉSIAS, “Minas e a imposição do Estado no Brasil”, *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.260 / Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas fronteiras do Brasil” in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808)*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 22-4.

um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.

Achar, ou minimamente apontar os traços desse redesenho, é inquirir o mapa das Minas em profundidade; desde os processos de formação e expansão de fronteiras no sertão sem bordas do interior do continente, à dinâmica da articulação dos espaços do campo e da cidade, do rural e do urbano. Uma idéia básica auxilia a entrada neste processo complexo que tem por eixo central as transformações do espaço suscitadas pelo caminho da economia mineira ao longo do Dezoito e na entrada do Dezenove. Trata-se do fato de que com o avanço do Dezoito, verifica-se uma progressiva “regionalização” do território mineiro a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas. Trata-se de um processo de organização espacial orientado pelas especificidades produtivas locais e os arranjos das rotas de comércio que articula. Todavia, ler esta diferenciação nos termos próprios de uma configuração de “realidades regionais” talvez seja uma construção incisiva demais para o Dezoito; mais adequada parece a análise nos termos da formação de “espaços econômicos” distintos. Não obstante, a compreensão nesses termos não é inconciliável com a projeção cartográfica desses espaços diferenciados no mapa das Minas, o que não escapa de ser em boa medida um exercício de regionalização. A ressalva, ainda assim, da importância de se avaliar a diferenciação no Dezoito não como a configuração de uma economia regionalizada, mas como espaços econômicos distintos, parece válida.

Nos últimos anos ganhou força na historiografia a compreensão de que a dinâmica econômica para o Dezoito da capitania de Minas ultrapassaria em muito a expressão única da atividade mineratória. Neste sentido, mais do que reconhecer a presença da atividade agropecuária, e de alguma espécie de produção manufatureira no Dezoito, interessa vislumbrar no variado panorama econômico que fica patente na primeira metade do Dezenove, suas vinculações com processos que estariam em curso no século anterior, e que trazem consigo os eixos de uma divisão espacial das atividades. Não obstante, é importante insistir na centralidade da mineração àquela economia, exatamente no que diz respeito ao estímulo para a diversificação. É o ouro que promove a formação urbana, o adensamento populacional, o ensejo da presença da coroa, bem como a existência de muitas outras atividades econômicas que lhe cumprem um papel de apoio. Sobremaneira importante, assim, é tomar a mineração como atividade econômica nuclear do Dezoito mineiro, e não escapar a esta questão é passo essencial para se abordar a passagem para o século XIX, no momento em que mais contundentemente se generaliza a decadência desta atividade enquanto um eixo dinâmico. Outros setores da economia, que em maior ou menor grau acabavam orbitando em torno da economia mineradora, mesmo no que diz respeito ao abastecimento dos centros que se mantinham povoados por conta da atividade mineratória, passam por um processo de

redimensionamento de suas atividades e de busca por mercados externos. Especialmente aí, na pluralidade de ritmos e intensidade em que esta decadência da atividade nuclear é sentida nas diversas partes da capitania, é que assoma a maior ou menor capacidade de rearticulação econômica a partir de uma base agropecuária que fora desenvolvida ao longo do Dezoito.

Este cenário de complexificação da economia, assim como suas marcas no espaço, suscitam a elaboração de um modelo de regionalização capaz de auxiliar a discussão das transformações econômico-demográficas do Dezoito para o Dezenove no que ela tem de mais particular, qual seja: a conformação do núcleo minerador original e sua área de influência direta, a progressiva expansão da fronteira na marcha de ocupação territorial, e a diferenciação dos espaços e criação/rearticulação de centralidades locais a partir da complexificação econômica.

Ainda que na maior parte da historiografia a regra seja o uso impreciso e mal resolvido de categorias espaciais, como na referência comum a um não qualificado “sul” ou “norte” de Minas, um esforço para se diferenciar espacialmente a realidade econômica de Minas no século XVIII, tem estado presente em alguns trabalhos recentes, sem contudo, no mais das vezes, corresponder a uma reflexão que ultrapasse os limites administrativos das comarcas e busque entender especificidades espaciais capazes de recortar regiões no mapa. Destacada exceção, entretanto, é o estudo minucioso de Angelo Alves Carrara sobre a agropecuária setecentista mineira, que expõe bases da diferenciação e especialização econômica no espaço da capitania a partir, especialmente, dos dados dos registros de passagem de mercadorias.⁷ Não obstante, no que acaba por pesar a limitação flagrante de fontes que ofereçam bases para uma ponderação dinâmica e acurada do processo de diferenciação econômica dos espaços regionais, a preocupação com a efetiva tradução espacial, em bases cartográficas, desta diversificação de áreas, não tem tido lugar nas pesquisas sobre o Dezoito. O quadro para o Dezenove deveria ser substancialmente diferente por conta da maior disponibilidade de dados, com destaque para as bases demográficas, assim como das preciosas observações deixadas dos viajantes estrangeiros; todavia, é aí ainda mais flagrante o uso descuidado das referências espaciais, sendo extremamente comum a utilização das zonas fisiográficas do século XX como segmentação espacial adequada para o século XIX.

Para encontrar o caminho da formação e diferenciação dos espaços nas Minas do século XVIII, é preciso, não obstante, haver-se com o processo amplo das recomposições de fronteiras na América portuguesa de então. O século Dezoito é o período em que efetivamente se conhece o interior do continente e em que uma série de disputas territoriais fazem definir, em larga medida, os contornos

principais do moderno mapa brasileiro. As disputas em torno da Colônia de Sacramento, e com isto do acesso ao Rio do Prata, assim como dos sertões adentro do continente, no interesse de ratificar a propriedade de Portugal sobre os descobrimentos auríferos, que em muito já haviam ultrapassado os limites que Tordesilhas impunha; e ainda o não menos importante interesse pelos territórios ao norte que se estendiam no curso do Rio Amazonas, foram traduzindo-se em riscos de fronteiras a partir de sucessivas negociações diplomáticas, firmadas nos tratados de Utreque (1715), Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777).⁸ Este quadro geral é que dá a carta de existência ao espaço das Minas Gerais do ponto de vista da geopolítica do império português. Neste sentido, mesmo que muito rapidamente se possa apontar diferenças nascentes na conformação econômica dos espaços das Minas, por conjunturas geográficas ou na influência dos caminhos, é inevitável acautelar-se de que não se resolve um exercício de regionalização sem entender também o movimento de conformação das fronteiras do território. É exatamente esta produção de limites que só lentamente se dá a conhecer com algum nível de precisão, que enreda a reflexão sobre a formação do espaço das Minas no movimento amplo de desbravamento do interior do continente no oeste da mineração. O espaço de um século, assistiria assim tanto aos agitados primeiros capítulos de um processo de formação de fronteiras, como aos movimentos de uma crescente diferenciação interna. Os eixos de ocupação, os eixos de comércio, os eixos de abastecimento, e quantos mais eixos forem, vão urdindo progressivamente, à força do impulso minerador, o território das Minas, fazendo do Dezoito o tempo de muitas e sucessivas transformações espaciais. O cuidado em se captar esta dinâmica acentuada neste movimento de formação e diferenciação se liga fortemente à preocupação de não se impor uma realidade regionalizada em momentos em que sequer se tinha conta de determinadas porções do território.

Buscar o adequado ritmo da diferenciação territorial das Minas ao longo do Dezoito é, portanto, um exercício sobremaneira útil no sentido de tomar o espaço em seu próprio tempo, ou ainda, de dar ao tempo sua adequada configuração espacial. O que especialmente se tem em conta é que o conjunto do território vai sendo produzido a partir da força integradora da economia da mineração, a partir de uma progressiva incorporação de espaços de formação distinta, diferenciados a partir de suas especificidades físico-geográficas e do curso de suas formações econômico-sociais. Isto porém não esgota a história na medida em que o refluxo da economia do ouro provoca um rearranjo dos eixos de integração a partir das

⁷ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (Tese de Doutorado em História)

⁸ Acerca desses tratados, ver: Joaquim Romero MAGALHÃES, "As novas..."; Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 4 vols.; Charles R. BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial —1695-1750*, trad. Nair de Lacerda, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (Col. Brasileira, 341); Basílio de MAGALHÃES, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 4.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

novas áreas dinâmicas da economia e da influência dos territórios vizinhos, produzindo assim o quadro de forças que ao longo do Dezenove recortaria o desenho hoje conhecido de Minas Gerais.⁹

O caminho que vai do território de todo ou em grande parte desconhecido, produzindo sua ocupação e o desenvolvimento de especificidades econômico-sociais capazes de suscitar diferenciações regionais, até por fim compor um quadro de articulações entre espaços distintos e com identidades próprias, é o principal a se apreender aqui. Ou seja, a imagem-movimento deste percurso é em si, mais sedutora e importante a esta narrativa do que um instantâneo do mapa do território em determinado momento de sua formação. Importa mesmo dizer, que a especificidade maior de Minas neste particular, o que a faz oferecer um exemplo único à América portuguesa, é a velocidade em que se dá esse processo. Ao longo de pouco mais de um século, o território passa de um sertão praticamente de todo desconhecido, a um conjunto de regiões integradas, com preponderante importância na articulação econômica da colônia e na manutenção do império.

Esta conjuntura de expansão geográfica para o interior do continente tem na empresa dos paulistas sua mais clara representação, e a narrativa dos primeiros descobrimentos auríferos das Minas dão o detalhe da ação destes homens na primeira ocupação dos espaços da capitania. Duas categorias de percepção geográfica marcariam fortemente as representações sobre o território ao longo de todo o Dezoito e com ainda maior força na primeira metade do século: as “minas” e os “sertões”.¹⁰ Esta dissociação primeira que vai se firmar entre os espaços do nascimento das Vilas do Ouro e suas áreas contíguas, em oposição às paragens mais distantes, difíceis ou incertas, que bem atendem ao nome de sertão, oferecem caminhos a uma reflexão inicial sobre a diferenciação dos espaços que aí tem curso.

⁹ A questão dos limites do que seria o futuro estado de Minas Gerais arrastaram-se até o começo do século XX. A alteração mais significativa do mapa atual em relação à capitania de Minas nos setecentos, é a ausência do triângulo mineiro, que havendo sido devassado originalmente pelos habitantes que se afastaram dos núcleos mineradores originais ainda na primeira metade do século e sendo incluído pelos governadores da capitania (mesmo na indefinição de limites própria do período) como área sob sua jurisdição, é pela altura da sétima década do século incorporado oficialmente pela capitania de Goiás, só vindo a fazer parte do território mineiro em 1816, quando é anexada à comarca de Paracatu. Os ajustes ao sul, com a capitania de São Paulo, são em grande parte resolvidos ainda nos setecentos, sendo importante destacar a diligência neste sentido de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador da capitania entre 1755 e 1763. As fronteiras do norte no setecentos se faziam com Pernambuco, na margem esquerda do São Francisco e Bahia pela margem direita. A principais disputas foram relativas a esta última, no que diz respeito aos descobertos auríferos de Minas Nova do Fanado. Pelo lado de Pernambuco, no começo do Dezenove as enormes extensões de terra da comarca do São Francisco são fracionada e provisoriamente chegam a pertencer a Minas (1824), até que em 1827, são definitivamente incorporadas ao território baiano. Os outros limites que ofereceram alguma confusão foram os com o Espírito Santo, uma vez que por todo o Dezoito permaneceu a região da fronteira como um sertão praticamente inexplorado. Data de 1800 o auto de demarcação entre as duas capitanias, sendo este ratificado em 1816. [Francisco IGLÉSIAS, “Minas Gerais” in: *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*, 3.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, pp.372-4 / Diogo de VASCONCELLOS, *História média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas, 1918, pp.176-241 / *RAPM*, Belo Horizonte (XVI, vol.1), 1911]

¹⁰ A distinção entre “minas” e “sertões” é apresentada originalmente para a discussão dos espaços econômicos nas Minas setecentistas em: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.45-56.

Definir sertão é tarefa arduosa. A história de seus usos é por demais intrincada, mas ainda assim parece conduzir sempre a uma determinada percepção da natureza que se faz diversa e apartada do conhecido, do já apropriado. Angelo Alves Carrara colige algumas tantas acepções do termo na busca de encontrar uma compreensão adequada do termo ao século XVIII nas Minas,¹¹ anotando que as primeiras referências do vocábulo, ao que parece, foram obra dos navegadores portugueses, como atribuição das terras que se opunham às costas ao longo das quais se navegava, o “sartaam” a que se refere Vasco da Gama, e que se preserva em sua generalidade nas doações e forais das capitanias hereditárias nos primeiros séculos da colônia. Esta referência esparsa no vocabulário dos navegadores vai com o tempo assumindo variadas qualificações nas referências dos que desbravavam terra firme. O sertão passa a ser designação mais específica a lugares, terras de determinados índios, áreas por onde corre certo rio, etc., “os diversos sertões do interior”, tal como na referência de Luís dos Santos Vilhena.¹² De forma geral, no caminho dos paulistas interior adentro, foi-se demarcando a multiplicidade de um território que antes se tomava com um grande bloco na qualificação destes muitos sertões. Todavia, uma certa coincidência de impressões qualificavam estas áreas, não obstante essa diversidade de especificações; eram sempre assim os lugares do perigo, as terras de gentios não amistosos e adversidades naturais de toda ordem.¹³

As qualificações originais do sertão a partir de uma orientações geográfica que o opunha à costa logo encontraram um conjunto de sentidos que qualificariam estas áreas também a partir de atributos demográficos e econômicos; não obstante, o mote era a mesma distinção, e os sertões ainda marcavam clara oposição às áreas de costa, engenhos, vilas ou áreas de mineração.¹⁴ O sertão em Minas Gerais, com o avançar do Dezoito, passou a determinar basicamente a grande área ao norte do território, já em cercanias com a Bahia, onde a atividade central, remontando ainda os fins do Dezesete, era a pecuária extensiva. José Vieira Couto trata desses sertões como “região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro”, e Auguste de Saint-Hilaire, fala de uma “imensa região de fraca população”.¹⁵ Esta referência do sertão das Minas Gerais como situado nas largas extensões de terra do norte da capitania, que por fim acabaria por ser a acepção consagrada, alcançando nosso dias, termina por reforçar a etimologia mais provável do termo, o “desertão”, neste encontro com áreas típicas da

¹¹ *Idem*, pp.46-54.

¹² Luís dos Santos VILHENA, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas (1802)*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, vol. II, p.266.

¹³ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.47-8.

¹⁴ *Idem*, p.49.

¹⁵ José Vieira COUTO, “Memórias sobre as minas da Capitania das Minas Gerais”, *RAPM*, Belo Horizonte (X), 1906, pp.55-166; Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p.14.

caatinga e do semi-árido.¹⁶ Mas vale ainda o destaque ao uso do termo nas Minas para referenciar áreas nas quais era grande a presença de gentios, sendo ótimo exemplo disto a região ocupada pelos bravios Botocudos, na altura do Rio Doce e acima, assim como nas terras de índios Cropós e Croatos nos “sertões dos rios Pomba e Peixe”, entre as matas da Mantiqueira.

As “minas”, por sua vez, é a região governada pelos primeiros descobrimentos auríferos e seu perímetro de influência imediata. A área em que se fincam os arraiais mais antigos e onde mais rapidamente se verificou um adensamento populacional, que se mostrou vigoroso e persistente por pelo menos toda a primeira metade do Dezoito. O horizonte mineratório aos primeiros anos do século XVIII apresenta núcleos distribuídos por áreas desiguais em suas características naturais, mas que não obstante terminariam por compor uma faixa, com alguma continuidade, onde se concentrou a maior parte da população da capitania por todo o século e que mesmo com a decadência do ouro só teve sua centralidade rearticulada na segunda metade do Dezenove.¹⁷ O território original dessas minas reúne ao sul os núcleos de São João e São José del Rey, em campos também propícios, e já no primeiro momento, aproveitados para a agropecuária; a oeste os descobertos de Pitangui, já em meio aos prados curraleiros; mais ao centro os principais núcleos auríferos, nas cristas da Serra do Espinhaço, marcando a paisagem montanhosa de Vila Rica e Mariana e também Sabará e Vila Nova da Rainha (Caeté) no leito do Rio das Velhas. Mais ao norte, limitam-se essas minas com as áreas das descobertas de diamantes, onde está a Vila do Príncipe (Serro) e acima o arraial do Tejuco (Diamantina), plantados entre o maciço do Espinhaço e já em outro clima e vegetação. A diversidade nas paisagens soma-se na percepção desse perímetro como a região das minas. Como ensina Diogo de Vasconcelos, os Cataguás ou Cataguases eram as terras do sertão ao norte de São Paulo para além da Serra da Mantiqueira.¹⁸ Na trilha dos bandeirantes que primeiro riscaram essas terras, as áreas dos descobertos ficaram conhecidas como as “minas dos Cataguases”, ou ainda as “minas gerais do ouro dos Cataguases”, e mais formas correlatas em que figurava a indicação “Minas Gerais” presente em algumas das primeiras cartas de sesmarias da capitania. O ponto é que este perímetro demarcado pelos principais núcleos mineradores e perfazendo o alvo para onde em um primeiro momento as rotas convergiriam, preserva grande identidade na produção do espaço daquele começo das Minas, a despeito das diferenças que apresenta na paisagem natural, e neste sentido, essas “minas”, ou “minas

¹⁶ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.49.

¹⁷ Sobre esta manutenção da centralidade do antigo núcleo minerador ainda no Dezenove a referência central é o trabalho de Mario Marcos Rodarte. [Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)]

¹⁸ Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, pp.116-8.

gerais”, conformam o primeiro recorte de uma regionalização do território da capitania. A delimitação dessa área de influência direta encontra-se representada no **MAPA 1**.

Importa dizer ainda, que a distinção entre minas e sertões, era categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria —meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões— assim como na forma da tributação dos dízimos e da capitação.¹⁹ Desta forma, este corte assoma como o principal traço distintivo a uma reflexão sobre a conformação de espaços regionais no mapa das Minas setecentistas, não obstante alguns outros atributos, que ficam mais evidentes na segunda metade do Dezoito, concorram para uma mais cerrada diferenciação de áreas. A produção agrícola dos campos da região sul bem se enquadram aí, suscitando um desenho que faz opor outras duas categorias de percepção geográfica: os “campos” e “matos”.

A conformação dos “campos” da porção mais ao sul da capitania, que primeiro foram a borda do sertão adentrado pelos paulistas, em áreas dedicadas à agricultura e pecuária, deve ser lida em conjunto com a história da formação dos caminhos para as minas, assim como na própria configuração dos lugares de mineração no mapa da capitania. Como já se insistiu em outra parte do trabalho, desde um primeiro momento, a mineração põe a funcionar atividades de abastecimento, e a trilha dos caminhos acaba por funcionar como a primeira instância de fixação dos produtores destes gêneros. Margeando o Rio São Francisco e das Velhas, estariam os principais prados de criação de gado; ao sul e sudeste, por sua vez, a agricultura se desenvolveria mais fortemente. Marca-se aí na paisagem natural uma divisão clara entre os “campos” férteis e abertos ao sul do Rio Grande e as áreas fechadas, dos “matos” a leste, na extensão da Serra da Mantiqueira até o pé da Serra do Mar na capitania do Rio de Janeiro. Esta diversidade na paisagem natural, como já se disse aqui, seria uma marca funda na percepção dos que cruzavam a porção ao sul do território, especialmente visível a quem vinha pelo Caminho Novo desde o Rio de Janeiro, como foi o caso do ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 1749, que bem distingue esses espaços ao passar de um para outro na altura de Borda do Campo:

“(…) daí entrei a subir e vim até um ribeiro em pouca distância e dele entrei a subir por uma serra acima, chamada Mantiqueira (...). Do alto dela, olhando para trás, vi a distância do que tinha andado até a serra do Mar e a infinidade de montes de que se compõem estas serras, na verdade, demasiadamente fragosas. (...) E daí vim descobrindo alguns morros descobertos sem matos, e só as baixas é que tinham algum, até que cheguei mais me foram aparecendo descobertos os morros, e ainda que o calor a esta hora me apertava bastante, contudo vinha já se algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os

¹⁹ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.54 e Anexo 6 (A Legislação Agrária), p.260.

objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não via outra coisa senão o mato e árvores imediatas a mim. Assim neste maior desafogo, cheguei pelo meio-dia a uma baixa em que há um sítio chamado a Borda do Campo, por nele acabar o caminho do mato (...).”²⁰

Estes atributos naturais acabam por se traduzir na especificidade das atividades produtivas e na forma de ocupação dessas áreas, o que faz dos “matos” e dos “campos” bases suplementares para articular alguns cortes mais à distinção de “minas” e “sertões”. O elemento essencial a ser apreendido aqui, não obstante, é a dimensão da transformação socio-econômica do espaço. As marcas da paisagem natural, que por elementos da hidrografia, vegetação, relevo, etc., delimitam diferenças originais no território das Minas, só constituem categorias distintas de percepção do espaço com o movimento de ocupação efetiva das áreas. Neste sentido, todo o território mineiro era sertão no século XVII até que a descoberta do ouro em alguns regatos onde se formariam as primeiras Vilas do Ouro e o começo da efetiva ocupação dessas áreas com o corolário de forças econômicas e sociais na transformação do espaço conferem essa distinção entre o “desconhecido” e o “conhecido”, fazendo do sertão, grosso modo, as áreas ainda pouco exploradas para além dos núcleos mineradores. O avanço das áreas conhecidas, assim como sua apropriação econômica, é que marcariam as transformações nessas categorias de percepção do espaço. Desta forma os “sertões”, antes a designação irrestrita dos espaço desconhecidos, vão se diferenciando, como na conformação dos “currais” onde se espalha a pecuária extensiva ou dos “campos” onde começa a florescer uma área de produção agrícola para o abastecimento das “minas”. O sertão é assim empurrado para as bordas do não ocupado, não transformado e no limite não conhecido.

A ocupação do território mineiro esteve assim não só circunscrita a uma faixa bem menos estreita do que a coberta pelo atual mapa de Minas; como, especialmente, fazendo concentrar a maior parte de sua população na região dos descobertos auríferos originais, a região das “minas gerais”. O crescimento populacional de outras áreas foi um processo gradual mas que já na segunda metade do Dezoito marcava o desenvolvimento de outras tantas áreas para além do núcleo minerador, como se verifica no próprio aumento do número de povoações e na criação de várias novas freguesias em partes diversas do território. É patente a ausência de bases de dados populacionais para a totalidade dos habitantes das Minas por quase todo o século XVIII, o que representaria um instrumento ímpar para a análise do processo diferenciação progressiva dessa região das “minas”. Não obstante, algumas pesquisas recentes têm apresentado dados populacionais para a primeira metade do Dezoito com base nas listagens da população cativa realizadas para a cobrança dos quintos reais. Tarcísio Botelho apresenta algumas estimativas para a

²⁰ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa*

população total das Minas tendo por base essas listagens de escravos de 1721 e 22 (TABELA 1). Mesmo sendo várias as limitações do experimento, os dados da forte concentração populacional entre os termos de Vila Rica e da Vila do Carmo, futura cidade de Mariana, por um lado, e do muito baixo número de habitantes em uma área mais à borda da região mineradora, como Pitangui, por outro, ajudam a clarear a centralidade da região mineradora. Comparando os dados estimados para a cerca de 1721, agregados em comarcas, com o conhecido quadro de habitantes da capitania para 1776, (TABELA 2) o que se vê, para além do efetivo crescimento da população total a taxas muito significativas, é um certo rearranjo que já se faz marcante na concentração dos habitantes da faixa mineradora central, espacialmente representado ritmo menos acentuado de crescimento na comarca de Vila Rica, principal porção da região mineradora, e pelo crescimento da comarca de Sabará, do qual faz parte a vila de Pitangui, que à época cobria grandes extensões de terras nas regiões curraleiras no curso do Rio das Velhas.

TABELA 1: Minas Gerais - população total estimada (1721-2)

Vila	Pop.	%
Vila Rica (1721)	18.135	20,11
Vila do Carmo (1721)	22.210	24,63
Sabará (1721)	9.953	11,04
São João Del Rei (1721)	19.246	21,35
São José Del Rei (1722)	5.595	6,21
Pitangui (1722)	1.497	1,66
Vila do Príncipe	13.524	15,00
TOTAL	90.160	100,00

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, "População e escravidão nas Minas Gerais, c. 17201", *Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP*, Belo Horizonte, ABEP, 2000, p.14.²¹

TABELA 2: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776

Comarca	c.1721	%	1776	%	cresc. anual
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
TOTAL	90.160	100,0	319.769	100,0	2,30

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, "População e escravidão...", p.14 e *RAPM*, Belo Horizonte (II, vol. 3), 1897 [1937], p. 511.

Matoso, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p.895.

²¹ Neste artigo de Tarcísio Botelho são apresentadas diversas hipóteses para compor uma estimativa da população mineira na segunda década do Dezoito. A tabela aqui apresentada foi composta a partir de uma média dessas hipóteses de estimativas; mais especificamente, uma média das estimativas com em que a população livre corresponde a 40% da população cativa e considerando-se a participação relativa do termo da Vila do Príncipe em 15% da população total.

II. OS VIAJANTES ESTRANGEIROS E A REGIONALIZAÇÃO PARA A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

A regionalização do espaço mineiro para a primeira metade do século XIX foi esforço orientado essencialmente pela análise de um conjunto de nove viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro no período. Trata-se um esforço original e importante na tradução espacial da realidade econômica do Dezenove, prestando-se à projeção e análise circunstanciada do conjunto das relações comerciais e de produção da província. O cotejamento desses recortes espaciais com um conjunto ampliado de bases demográficas levantadas pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica de Demográfica do CEDEPLAR/UFMG, sob a coordenação de Clotilde Paiva, seria a primeira evidência a ratificar a propriedade e capacidade interpretativa desse modelo de regionalização.²² Uma vez que a ambição aqui é buscar apreender algo da dinâmica de diferenciação do espaço mineiro ao longo do Dezoito, uma exposição, mesmo que breve, desse modelo de regionalização para a província se faz necessária, encaminhando daí o desdobramento e o diálogo com recortes próprios à capitania.

Pensar as regiões de Minas na primeira metade do século XIX ajuda a avaliar o conjunto das transformações que se processam a partir dos últimos anos do Dezoito e especialmente se dinamizaram a partir de 1808, tempo em que se faz contundente um eixo de reorientação a partir de um mercado externo —a praça do Rio de Janeiro— o que é especialmente verdade para produção agropecuária da região sul da capitania/província. Os resultados da pesquisa conduzida por Clotilde Paiva, contribuem neste sentido para ratificar alguns dos argumentos de Robert Slenes acerca da importância do setor exportador à economia provincial mineira, mas não obstante apontam para a importância de se redimensionar a proposição da exportação como o “centro dinâmico” da economia. Seu estudo acentua as evidências da presença de regiões com grande volume de produção para exportação, mas não obstante com baixo nível

²² O modelo original desta regionalização foi proposto por Marcelo Godoy em 1990 [Marcelo Magalhães GODOY, *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História)], a partir de uma reconstrução dos itinerários e da espacialização das informações presente nos relatos de viagem de Charles James Fox Bunbury, Alcide D’Orbigny, Georg Wilhelm Freireyss, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, além de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Deste trabalho se demarcou um total de dezesseis unidades espaciais, tendo seus limites conformados com base em um mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de Charles Hastings, publicado em 1882. Uma versão adaptada desta regionalização, foi apresentada alguns anos mais tarde, em 1996. [Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) e Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História)]. Esta regionalização adaptada guiou-se pela superposição das riquíssimas informações demográficas oferecidas pelas listas nominativas 1831-2, em pesquisa coordenada por Clotilde Paiva, à regionalização original, permitindo redefinir/retificar os recortes antes traçados de modo a preservar a maior integridade possível das unidades municipais da década de 1830, assim como caracterizar mais a contento algumas especificidades regionais antes não destacadas, como no caso de duas grandes áreas com um relativo vazio populacional (Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce). Não se altera, todavia, os marcos principais da regionalização, preservando em boa medida a identidades das regiões originalmente propostas, só que agora recortadas em dezoito unidades. É esta regionalização adaptada que será apresentada aqui e utilizada para o diálogo com as transformações processadas na segunda metade do Dezoito.

de desenvolvimento, o que especialmente põe em jogo o papel dos intermediários comerciais e sua ação nos entrepostos, que não raro resultava em uma relação desfavorável para os produtores.²³ De forma geral, um ponto especialmente importante do trabalho é oferecer bases a uma espacialização ampla dos fenômenos econômicos nas diversas partes do mapa das Minas, permitindo que se recupere as ligações entre o setor exportador e os demais setores da economia da província.²⁴ Neste sentido, se adensa a compreensão que se depreende do esforço original de regionalização; qual seja, a compreensão do espaço mineiro como um território de contrastes, realidade multifacetada decorrentes da complexificação das relações econômicas no seu interior.

No que diz respeito à questão propriamente espacial, a compreensão da dinâmica exportadora de Minas no Dezenove, articulada tanto pelo mercado externo quanto por rotas inter-regionais, tem implicações diretas na medida em que toda uma estrutura de hierarquias e centralidades se processa em função dos eixos de influência externos, seja na importância redimensionada dos entrepostos comerciais das áreas produtivas, ou nos fluxos comerciais que dinamizam e complexificam os sentidos das rotas comerciais, como bem se verifica a abertura de novos caminhos ligando o sul de Minas à praça do Rio, como nas estrada do comércio e da polícia.²⁵

Nesse modelo de regionalização para o Dezenove, o território de Minas encontra-se recortado em dezoito unidades: Extremo Noroeste, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste. **(MAPA 2)** Estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província. Disto resulta, um quadro em que o maior nível de desenvolvimento está justamente associado às áreas fracionadas da região original das “minas gerais” e os novos espaços de articulação direta desses núcleos originais. Alguns resultados agregados por regiões destas estimativas populacionais para 1830-1/35 podem ser acompanhados na tabela abaixo:

²³ Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.126-7.

²⁴ *Idem*, pp.108-9.

²⁵ Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993, pp.49-50.

TABELA 1: Distribuição regional da população estimada para 1830/35

	Região	Pop. estimada 1831/35	%
Alto	Mineradora Central Oeste	169.074	25,0
	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	83.949	12,4
	Diamantina	28.393	4,2
	Sudeste	27.716	4,1
Médio	Mineradora Central Leste	33.619	5,0
	Médio Baixo Rio das Velhas	35.711	5,3
	Sul Central	88.278	13,0
	Sudoeste	27.716	4,1
	Mata	42.364	6,3
	Araxá	22.006	3,3
	Vale do Alto-Médio São Francisco	14.220	2,1
	Triângulo	10.287	1,5
Baixo	Paracatu	10.152	1,5
	Sertão	8.726	1,3
	Minas Novas	56.242	8,3
	Sertão do Alto São Francisco	18.089	2,7
	Sertão do Rio Doce	267	0,0
	Extremo Noroeste	-	-
	Total	676.809	100,0

Fonte: Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.201-9 e Mapa 14: "Distribuição Regional da População Estimada (1830/35) e a representatividade da População das Listas Nominativas (1931/32)"

Especificamente quanto a cada uma das regiões, apresenta-se abaixo uma descrição sucinta de seus limites, correspondência com as áreas originais dos municípios da província em 1831/32 e com as zonas fisiográficas atuais; bem como com uma breve descrição de suas especificidades econômicas a partir de informações retiradas dos relatos dos viajantes.

Região do Extremo Noroeste

Corresponde a parcela do Município de Paracatu -1831/32. Corresponde a parcela não ribeirinha do Município de Januária -1838/40. Corresponde as porções norte das zonas fisiográficas Paracatu e Alto Médio São Francisco (excluindo as áreas ribeirinhas).

Caracteriza-se pela baixíssima ocupação, quase que total inexistência de nucleações, incipiência da organização econômica e isolamento da região. Gardner, repetidamente, fala da aridez da região percorrida; Spix & Martius, não com tanta ênfase, descrevem o clima e vegetação da região como típicos do cerrado. Aproximam-se, novamente, Spix & Martius e Gardner, quando registram a *solidão*, beleza e estado primitivo da vegetação encontrada.

Região de Paracatu

Corresponde a parcela do Município de Paracatu -1831/32. Corresponde ao Município de Paracatu -1838/40 e a parcela do Município de São Romão -1838/40(a área não ribeirinha do município).

Corresponde a porção sul da zona fisiográfica Paracatu e a pequenas áreas das zonas fisiográficas Alto Médio São Francisco e Alto São Francisco.

Dois viajantes percorreram esta região. Pohl visita sua porção extremo oeste — inclusive a Vila de Paracatu — e a parte mais ao sul, próxima as serras citadas. Saint-Hilaire cruza toda porção extremo-oeste, passando pela Vila de Paracatu. A Região de Paracatu, principalmente sua porção norte, apresenta configuração algo semelhante a do Extremo Noroeste. A contiguidade geográfica determina a aproximação das duas regiões. Contudo, uma série de fatores confere identidade distinta a Região de Paracatu.

O primeiro deles liga-se a evidência de que uma parte desta região, a Vila de Paracatu e sua área de influência, caracterizava-se por concentração significativa de atividades econômicas mais consolidadas, vinculadas inclusive a sua ocupação que remonta ao século XVIII. O segundo deriva do primeiro, Saint-Hilaire destaca às ligações da Vila de Paracatu com Sabará e sua dependência em relação a esta. Ora, isto estabelecia comunicação significativa entre os dois centros urbanos, o que exigiu o estabelecimento de rede de apoio ao longo dos caminhos que os ligam, atraindo a ocupação ao longo desta linha de contato. O trajeto que Pohl percorre ao sul da região, bem como as informações referentes as suas características, confirmam o que foi dito: fazendas, ranchos e centros urbanos ligados ao tráfego de mercadorias e as comunicações em geral são registradas pelo viajante austríaco. O terceiro fator, que distanciava a Região de Paracatu do perfil do sertão ao norte, é sua vinculação econômica com o vale do São Francisco, via Rio Paracatu, gerando rede de apoio ao longo do percurso e estímulo a produção de gêneros para a comercialização com o vale. O último fator é a presença de um número significativo de localidades visitadas pelos viajantes, de centro importante que era a Vila de Paracatu, além da existência de atividades econômicas de maior projeção, que revelavam consolidação da ocupação pelo menos em parte da região.

Região de Araxá

Corresponde a parcela do Município de Paracatu -1831/32. Praticamente coincide com o Município de Araxá -1838/40. Praticamente coincide com a zona fisiográfica Alto Paranaíba. Novamente a contiguidade geográfica determina semelhanças entre regiões distintas. Em alguns aspectos a Região de Araxá assemelha-se à Região do Triângulo. Porém, uma série de fatores as distinguem: a Região de Araxá tinha ocupação mais efetiva, a presença de centros urbanos em maior número e mais significativos, além de organização econômica mais consolidada. Ademais, a Região de Araxá mantinha vinculações bem mais importantes com o centro sul de Minas e, por extensão, com o Rio de Janeiro.

Dois viajantes cruzam esta região, ambos no sentido sul-norte: Saint-Hilaire e Pohl. Saint-Hilaire esteve em Araxá e informa-nos sobre a ocupação da área do principal centro urbano da região. Uma

atividade econômica preponderava na região, chegando inclusive a caracterizá-la: a criação de gado era disseminada e gerava excedentes significativos.

É destacada a existência de intermediários, negociantes da Comarca São João Del Rei - algumas localidades das regiões Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Sul funcionavam como entrepostos comerciais da Região de Araxá com o Rio de Janeiro -, que controlavam o comércio de gado com a Capital Imperial. A região apresentava facilidades para a criação devido a existência de boas pastagens, águas minerais que dispensavam o sal e terras disponíveis. Saint-Hilaire fala de grandes propriedades, plantéis escravistas pequenos e rebanhos médios. Criavam-se também rebanhos de carneiros e porcos, voltados para a exportação. Saint-Hilaire encontra-se com grande carregamento de toucinho vindo da Região de Araxá. A presença de grandes trechos carroçáveis na estrada que ligava a Região de Araxá ao centro e sul de Minas e ao Rio de Janeiro, facilitava o escoamento da produção.

Região do Triângulo

Corresponde a parcela do Município de Paracatu -1831/32. Praticamente coincide com o Município de Uberaba -1838/40. Praticamente coincide com a zona fisiográfica Triângulo.

Se o território da região anteriormente tratada correspondia mais ou menos ao que era o Julgado de Araxá, esta coincidia mais ou menos com o antigo Julgado do Desemboque. O território compreendido entre os rios Paranaíba e Grande era uma continuação natural da Região de Araxá. Mantinha suas características básicas, diferenciando-se, contudo, por sua ocupação mais rarefeita, por rede urbana bem menor, maior isolamento e vinculações mais tênues com o centro-sul de Minas Gerais. Extremo oeste de Minas, o Triângulo constituía-se, certamente, em região de fronteira. Temos apenas as referências de Saint-Hilaire para esta região e somente para sua porção leste.

Região do Sertão do Alto São Francisco

Corresponde as porções ocidentais dos municípios de Pitangui -1831/32 e Tamanduá -1831/32, mais a área extremo-norte do Município de Sabará -1831/32, situada no vale do São Francisco. Corresponde a grande parcela da zona fisiográfica Alto São Francisco, mais pequenas porções das zonas fisiográficas Alto Paranaíba e Alto Médio São Francisco.

Esta extensa região caracterizava-se pela baixíssima densidade populacional, agrestidade da formação natural de boa parte de seu território (matas fechadas), e organização econômica embrionária. Três viajantes estiveram nesta região. Saint-Hilaire cruza sua porção extremo-sul, no sentido leste-oeste. Pohl, no mesmo sentido, um pouco acima, também cruza a região; retorna pelo norte até a Real Mina de Galena do Abaeté, percorre o vale do Rio Abaeté e depois desce o Rio São Francisco até a confluência

com o Rio das Velhas. Freireyss, vindo de Ouro Preto, cruza a porção mediana da região até a mina visitada por Pohl, retornando pelo mesmo itinerário.

Os três autores referem-se a região como um sertão. Todavia, depreende-se alguma diferença entre a porção sul do Sertão do Alto São Francisco e sua porção norte. A maior movimentação comercial e das comunicações em geral tornam a parte sul mais ocupada, com maior inserção no mercado dos fazendeiros locais. Já a porção norte aparece completamente isolada, não só pela precariedade das comunicações, mas, principalmente, em função das dificuldades decorrentes das condições naturais.

Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá

Introduz-se aqui uma nova categoria: Região Intermediária. Os viajantes que percorreram esta região a caracterizam como sendo de transição, de regiões mais densamente povoadas e de maior dinamismo econômico (Mineradora Central Oeste e Sul Central), para uma região de vazio demográfico e baixíssima exploração econômica (Sertão do Alto São Francisco). Configura-se assim, gradativa substituição dos elementos que conferem identidade as regiões Mineradora Central e Sul, e a simultânea e progressiva manifestação das características próprias ao Sertão do Indaiá-Abaceté. Os viajantes e suas rotas de viagem apontam para ocupação no sentido leste-oeste, reforçando a transição gradual que a regionalização evidencia.

Saint-Hilaire supera Pohl e Freireyss na caracterização desta região. Apesar de coincidirem na percepção da progressiva diminuição da população, das propriedades e atividades econômicas na medida que se distanciavam das regiões mais importantes da província, é Saint-Hilaire quem melhor delineou a identidade desta região. Uma estrutura fundiária concentrada é revelada pelos viajantes, com grandes unidades produtivas e a baixa utilização dos recursos econômicos existentes na região. A criação, característica marcante da Região Sul e a mineração aurífera da Região Mineradora Central, são atividades também incidentes na Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá, porém, com importância relativamente menor. A criação de gado é algo importante, a criação de suínos destaca-se na porção sudoeste da região e na área de Pitangui, o algodão tem alguma expressão, a cana-de-açúcar é produto bastante cultivado e o fumo é artigo de exportação de Tamanduá. Mas são as relações comerciais que aparecem com maior destaque, principalmente na porção sul da região.

Região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas

Corresponde a parcela do Município de Sabará -1831/32, mais o distrito de Pissarão do Município de Vila do Príncipe -1831/32. Corresponde a quase totalidade do Município de Curvelo -1833/35, mais parcela do Município de Sabará -1833/35 e do Município de Diamantina -1833/35. Corresponde a parcelas das zonas fisiográficas Alto São Francisco e Metalúrgica.

Nenhum dos viajantes trabalhados percorreu a região. Apesar de central e vizinha das regiões de ocupação mais antiga e mais densamente povoadas, a Região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas pouca atenção recebeu dos viajantes consultados.

O silêncio sobre este território só não é total porque temos nos dois pontos extremos da região - confluência do Rio das Velhas com o São Francisco, e seu ponto mais meridional, transição com a Região Mineradora Central - informações que apontam para pelo menos uma característica do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas. Barra do Rio das Velhas na Região do Vale do Alto-Médio Rio São Francisco, ao norte e Santa Luzia e Sabará, a segunda pertencente a Região Mineradora Central, ao sul apresentavam atividade comercial que apontava para expressiva movimentação ao longo do Rio das Velhas. Não que toda atividade mercantil destes centros estivesse reduzida a esta movimentação, já que outras rotas comerciais confluíam para estes pontos. Porém, segundo informações de Pohl para Barra do Rio das Velhas, Saint-Hilaire para Santa Luzia e Gardner para Sabará, existia fluxo comercial de relativa importância cruzando a região. Possivelmente o próprio Rio das Velhas, navegável a embarcações de algum porte naqueles tempos, constituía-se em rota comercial que ligava o norte de Minas ao centro-sul da província, e indiretamente com a Capital Imperial.

Região do Vale do Alto-Médio São Francisco

Corresponde a parcela do Município de Paracatu -1831/32 (margem esquerda do rio) e parcela do Município de Vila do Príncipe -1831/32 (margem direita do rio). Corresponde as áreas ribeirinhas dos municípios de São Romão -1833/35, Januária -1833/35 e Montes Claros -1833/35. Corresponde as áreas ribeirinhas das zonas fisiográficas Montes Claros e Alto Médio São Francisco.

Compreende o Vale do Rio São Francisco, da foz do Rio das Velhas até a fronteira de Minas com a Bahia/Pernambuco. Cinco viajantes visitaram o vale: Pohl na sua porção mais ao sul, confluência com o Rio das Velhas; Gardner na altura de São Romão; Spix/ Martius, Saint-Hilaire e D'Orbigny estiveram na área de Januária²⁶; e Spix/Martius e D'Orbigny visitaram a parte extremo norte da região, divisa de Minas com a Bahia/Pernambuco.

As características mais importantes desta região relacionam-se à sua localização estratégica e recursos naturais. A fertilidade do vale, anualmente renovada com as enchentes, favorecia a agricultura. Os viajantes destacam a produção de algodão, cana-de-açúcar e víveres em geral (milho, feijão, mandioca, etc), todas geradoras de excedentes.

²⁶ Januária eleva-se a condição de vila em 1833. Contudo, a sede da vila foi mudada várias vezes ao longo do século XIX; situando-se ora no povoado de Porto do Salgado, nas margens do Rio São Francisco, ora no arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, a aproximadamente 6 quilômetros do Rio São Francisco. Quando tratarmos genericamente da Vila de Januária, estaremos referindo ao conjunto Brejo mais Porto.

A criação bovina também era importante. A pesca era atividade disseminada por todo o vale e seu produto constituía-se em objeto de comercialização. Mas é o Rio São Francisco, antiga e importante via de comunicação, que eleva a região a condição de privilegiada rota comercial, com atividades mercantis de grande vulto. O Rio São Francisco constituía-se em rota preferencial de escoamento dos produtos de várias regiões para as províncias do nordeste do Brasil.

Região do Sertão

Corresponde a parcela do Município de Vila do Príncipe -1831/32. Corresponde a maior parcela do território do Município de Montes Claros -1833/35 (excluídas as áreas ribeirinhas do São Francisco e que estão além da Serra do Espinhaço). Praticamente coincide com a zona fisiográfica Montes Claros, acrescida de pequenas porções das zonas fisiográficas Alto Médio São Francisco, Itacambira e Alto São Francisco.

Cinco viajantes estiveram nesta região. Todos não só a caracterizaram como um *deserto*, como também a denominaram de sertão. Sertão pela incipiente exploração econômica e pela aridez do clima/vegetação. Pohl, Gardner e D'Orbigny cruzam a região no sentido oeste-leste, Spix/Martius no sentido oposto e Saint-Hilaire em ambos os sentidos. Os autores coincidem ao descreverem a Região do Sertão como um *deserto* devido a baixa densidade populacional observada. Saint-Hilaire e Spix/Martius se confirmam ao informarem sobre a composição racial dos habitantes do Sertão.

A predominância do trabalho livre e a estrutura da posse de escravos concentrada são características do Sertão. A miséria, indigência do sertanejo, convive com poderosos proprietários, donos de grandes extensões de terras e impressionantes atividades econômicas.

Todos os viajantes, com maior ou menor ênfase, caracterizaram esta convivência entre o pequeno colono, o sertanejo miserável, e o grande proprietário. Uma agricultura para auto-consumo lado a lado com grandes unidades produtivas geradoras de significativos excedentes. Vários seriam os exemplos destas grandes fazendas, ilustremos com uma visitada por Pohl: Engenho, moinho de azeite, fábrica de açúcar, alambique e refinaria de açúcar, moinho de farinha de trigo, moinho de farinha de milho, moinho de farinha de mandioca, máquina para triturar as raízes da mandioca, forno para secar farinha, pocilgas para engorda de porcos, estábulos para ovelhas, curral para vacas, curral para bezerros, pomares, plantações de café e trigo, hortas, cultivo de plantas medicinais, vinhas e canaviais, eram algumas das instalações, cultivos e criações destacadas por Pohl.

Mas é a criação a grande atividade econômica do Sertão. Todos os autores falam da criação de gado *vacum* e cavalariço como atividade bastante difundida e geradora de comércio importante. A existência de boas pastagens e terras salitrosas, que dispensavam a aquisição do sal pelo criador, são apontadas

como as grandes facilidades para o crescimento da pecuária. Os viajantes apontam a Bahia como o destino principal do gado e cavalos. A exportação de peles era importante. Da mesma forma exportava-se couros para Minas Novas, onde eram utilizados na embalagem do algodão.

O salitre era outro produto de destaque. Proporcionava grandes lucros, era beneficiado/preparado na própria região, e tinha como destino as fábricas de pólvora de Ouro Preto e da Cidade do Rio de Janeiro.

Região de Minas Novas

Corresponde ao Município de Minas Novas -1831/32, acrescido de pequena porção do Município de Vila do Príncipe -1831/32. Corresponde aos municípios de Minas Novas -1833/35, Rio Pardo -1833/35 e pequena porção do de Montes Claros -1833/35. Engloba toda a zona fisiográfica Médio Jequitinhonha, a maior parte da de Itacambira e a porção norte da do Alto Médio Jequitinhonha.

Compreendendo a porção nordeste de Minas, esta região trazia a marca de uma circunscrição judiciária. Pohl, Spix/Martius, D'Orbigny e Saint-Hilaire, os quatro viajantes que a percorreram, denominaram-na de Região do Termo de Minas Novas. A concordância com o território desta subdivisão da antiga Comarca do Serro Frio revelava que a combinação específica dos aspectos físicos, humanos, econômicos e histórico administrativos que conferiam identidade a região coincidiam com a delimitação do Termo de Minas Novas, o que na maior parte das vezes não acontecia.

Saint-Hilaire e Spix/Martius descrevem com clareza a diversidade da composição vegetal do Termo de Minas Novas e as decorrências econômicas desta variação. Matas, cerrados, caatingas e campos formam o eclético quadro da vegetação da região: áreas favoráveis a agricultura, nas matas da parte oriental; áreas muito propícias a cultura algodoeira, nas caatingas da parte ocidental; e os campos e cerrados, da parte ocidental, propícios à criação.

Região de Diamantina

Corresponde a parcela do Município de Vila do Príncipe -1831/32. Praticamente corresponde ao Município de Diamantina -1833/35, mais parcela do Município de Vila do Príncipe -1833/35. Corresponde a parcela da zona fisiográfica Alto Jequitinhonha, e pequenas porções das zonas fisiográficas Alto São Francisco e Rio Doce.

Pohl, D'Orbigny, Gardner, Mawe, Spix/Martius e Saint-Hilaire estiveram nesta região. Compreendendo mais ou menos o território da Demarcação Diamantina, com a incorporação da Vila do Príncipe e arredores, esta região traz a peculiaridade da extração de diamantes e de presença marcante do Estado. Mesmo tendo em conta a existência de outras áreas diamantíferas em Minas Gerais, e são os próprios viajantes que disto nos informam, é a Região do Distrito Diamantino que, durante os séculos

XVIII e XIX, trará a especificidade da mineração de diamantes como principal atividade econômica. O monopólio da extração, que perdurava desde o terceiro quartel do século XVIII, é quebrado alguns anos após a independência, abrindo a possibilidade de atuação da iniciativa privada. Contudo, os viajantes que mais atenção dedicaram a região a percorreram ainda no período colonial, com a Administração Diamantina em pleno funcionamento.

Os viajantes deram grande ênfase ao ostensivo controle estatal, relatando de forma circunstanciada o funcionamento da Administração Diamantina. O complexo aparato montado pela Metrópole visava não só a maior eficiência possível na extração das gemas, mas, sobretudo, a manutenção do estrito monopólio real e o combate rigoroso ao extravio. Porém, os viajantes são unânimes em criticar o gigantismo da burocracia e a ineficiência e corrupção que assolava a Administração como um todo.

A esterilidade do solo, o clima árido e as restrições impostas pelo Estado, que impedia o desenvolvimento de atividades que concorressem com a extração ou favorecessem o contrabando, determinaram a necessidade de importação de gêneros básicos pela região. Diamantina (Tijuco), centro administrativo e econômico da região, refletia perfeitamente este quadro. Com população estimada em 6.000 habitantes - expressiva população, considerados os padrões do interior do Brasil -, esta vila era abastecida externamente de gêneros de primeira necessidade, através do constante movimento de tropas. O resultado era a drenagem da riqueza para as mãos dos negociantes privados, que assumiam a função de atendimento deste grande e com alto poder aquisitivo mercado. Mawe, ainda na primeira década do século, criticou a existência de monopólio de negociantes privados que, via abastecimento da Demarcação, acabavam sugando os recursos da Administração Diamantina.

Região do Sertão do Rio Doce

Com a presença de um único distrito, Cuieté (Mariana - 1831/32), lugar de degredo, perdido em meio a densa mata atlântica ocupada por índios pouco afeitos ao contato com a “civilização”, esta região pode ter pertencido, do ponto de vista administrativo, a um ou mais dos municípios que lhes eram fronteiriços (Município de Minas Novas -1831/32 ao norte e oeste, Vila do Príncipe -1831/32 a oeste e Mariana -1831/32 a oeste e sul). Engloba praticamente toda o território das zonas fisiográficas Mucuri e Rio Doce e pequenas porções das zonas fisiográficas Mata e Metalúrgica.

O extenso território da Região do Sertão do Rio Doce caracterizava-se pela predominância da ocupação indígena, vegetação vigorosa de matas, pequena presença de população não-indígena e por constituir-se em região de fronteira.

Região da Mata

Corresponde a parcela dos municípios de Mariana -1831/32 e Barbacena -1831/32. Praticamente coincide com o Município de Rio Pomba -1833/35, mais parcela do Município de Barbacena -1838/40. Corresponde a parcela da zona fisiográfica Mata.

Contígua à Região do Sertão do Rio Doce, a Região da Mata também caracterizava-se pela presença de matas fechadas e expressiva população indígena. Sua delimitação territorial era definida pela Serra da Mantiqueira e outras cadeias de montanhas, que separavam as bacias dos rios Grande e Doce da Bacia do Rio Paraíba. A transposição da Serra, pelos viajantes, sempre esteve acompanhada do registro da transposição da exuberante e extasiante vegetação de florestas, para os campos da Região Sul e porção meridional da Região Mineradora Central. Esta transposição vinha acompanhada da percepção de mudanças na exploração econômica. Os campos e a criação de gado e extração aurífera, as matas e a baixa utilização das potencialidades naturais e dispersão de agricultura voltada para auto-consumo ou abastecimento de mercados intra-regionais.

Os depoimentos referentes àquelas porções centro e sul destacaram muito mais a cobertura vegetal do que a organização econômica. Aparecem informações isoladas da prática dos fazendeiros de colocarem ranchos e vendas ao longo das estradas, mantendo os núcleos habitacionais a uma boa distância. O fato é que o intenso movimento das estradas demandava a existência de infra-estrutura mínima que abastecesse as tropas em contínuo trânsito. Todavia, são numerosos os registros de pequenas unidades produtivas voltadas para o auto-consumo. Não foi mencionado nenhum centro urbano que merecesse destaque. Vários foram os registros relativos a incipiente exploração econômica da região.

O café, poucos anos depois da passagem destes viajantes da primeira metade do século, transformaria completamente a paisagem da região; as florestas seriam consumidas na avassaladora expansão da fronteira agrícola, os índios seriam exterminados ou progressivamente empurrados para o último refúgio que era a Região do Sertão do Rio Doce, o êxito na cultura da rubiácea elevaria a região a condição de principal pólo econômico da província. Nenhuma região passou por processo semelhante de transformação. A Região da Mata perdeu algumas daquelas características que lhes conferiam identidade, substituídas por novo e singular traço: o café.

Região Mineradora Central Oeste e Leste

Compreende os municípios de Ouro Preto -1831/32, Queluz -1831/32, Caeté -1831/32 e parcelas de Mariana -1831/32, Sabará -1831/32 e Vila do Príncipe -1831/32. Corresponde a maior parte da área da zona fisiográfica Metalúrgica e parcelas das zonas fisiográficas Mata, Campos das Vertentes e Rio Doce.

A Região Mineradora Central Leste compreende parcelas dos municípios de Vila do Príncipe, Caeté e Mariana (1831/32). Os limites a oeste não coincidem com demarcações de comarcas, assim como não foram determinados por acidentes geográficos. A Região Mineradora Central Oeste compreende os municípios de Ouro Preto e Queluz (1831/32) e parcelas dos municípios de Sabará, Vila do Príncipe, Caeté e Mariana (1831/32).

A mineração aurífera conferia identidade a esta região. Com a maior rede urbana de Minas Gerais, pólo da própria ocupação da capitania e vinculada secularmente à extração do ouro, a Região Mineradora Central exercia grande fascinação nos viajantes estrangeiros. Todos nossos viajantes aí estiveram. A Cidade de Ouro Preto (Vila Rica), capital das Minas Gerais, é o único centro urbano que foi visitado pela totalidade dos viajantes trabalhados.

Os limites destas regiões foram definidos pela extração de ouro. Não que a mineração estivesse restrita a esta delimitação, mas sim, pelo fato de haver uma nítida associação da região com o surgimento, desenvolvimento e retração desta atividade. Nas regiões vizinhas à Mineradora Central a extração aurífera também era atividade historicamente importante. Contudo, a identidade destas regiões não estava associada a esta atividade. No caso da Mineradora Central a extração aurífera estava indissociavelmente ligada à identidade da região.

Os viajantes coincidiram na caracterização geral da principal atividade econômica da região. A retração da mineração aurífera manifestava-se não só pela queda da produção e produtividade, mas também, pela baixa acentuada dos investimentos (fuga de capitais ante as dificuldades técnicas crescentes), redução do emprego de mão-de-obra escrava, aumento generalizado da faiscação e inexistência de recursos técnicos que a mineração subterrânea exigia. O espectro da *decadência* assolava a maioria dos centros urbanos, outrora prósperos em função do ouro, e denunciava seu processo de esvaziamento populacional. Contudo, muitas localidades ainda viviam em direta dependência da extração aurífera, mesmo que em escala reduzida em relação ao século XVIII. A faiscação, responsável pela manutenção de boa parte dos homens livres pobres, estava disseminada por quase toda a região e constituía-se, em muitas áreas, na única alternativa econômica de parcela expressiva da população, dada a inexistência de outras oportunidades capazes de reverterem aquele quadro de *decadência*. Todavia, os viajantes relataram a existência de experiências econômicas que buscavam ampliar a base produtiva de algumas áreas, onde a mineração tinha importância apenas residual.

O apego à atividade mineradora foi observado por todos os viajantes. A imagem do mineiro ávido de enriquecimento rápido, imprevidente, indolente e pouco inteligente, combinava com a mineração primitiva, defasada em suas soluções técnicas, geradora de devastação/destruição do meio ambiente e que

sustentava a miséria de amplos setores da população. Os viajantes perceberam a mineração do ouro e as quase que sempre frustradas expectativas que gerava como os grandes responsáveis pela relativa estagnação econômica da região.

Se por um lado é inquestionável que os viajantes estrangeiros em muito devem suas impressões de *decadência* às suas expectativas não confirmadas, esperavam, em geral, encontrar opulência e uma civilização adiantada, por outro, também não podemos olvidar que fazia pelo menos meio século desde o início da irreversível queda da produção aurífera e dos seus profundos efeitos sobre a organização econômica e social. Porém, os viajantes não se limitaram ao relato daqueles sinais que evidenciavam o grande declínio da mineração. Assinalaram também as potencialidades da região, as possibilidades de reorganização econômica e social em outras bases. Foi possível anteverem, a partir do contato com alguns ensaios desta reorganização, alguns elementos que desempenhariam importante papel no futuro da região.

Capitais avultados, recursos técnicos avançados e racionalidade administrativa eram exigências da mineração subterrânea, praticamente o último setor lucrativo da extração aurífera de Minas Gerais. Os viajantes apontavam as companhias de mineração estrangeiras, sobretudo inglesas, como as empresas que melhor reuniam aqueles elementos. Acreditavam que o subsolo da região guardava grande quantidade de ouro e que os empreendimentos melhor estruturados seriam altamente recompensados.

Outro setor com imensas potencialidades e que deveria, na visão dos viajantes, assumir papel de relevo na economia da região era o siderúrgico. Algumas experiências de maior porte bem sucedidas e a disseminação das pequenas forjas eram indícios do crescimento da siderurgia mineira. Os viajantes destacaram as imensas reservas de minério-de-ferro, a quase que ilimitada disponibilidade de carvão vegetal, os grandes recursos hídricos e a presença de expressiva demanda (da agricultura, da mineração, dos transportes e dos setores de transformação em geral) como fatores que colocavam a Região Mineradora Central em posição privilegiada.

As atividades artesanais e manufatureiras urbanas eram bastante desenvolvidas e foram consideradas como muito promissoras. Os viajantes destacaram a aptidão do mineiro para as atividades manuais, sua incomparável destreza e habilidade com as mais diversas matérias-primas.

De todas as atividades econômicas o cultivo das terras e a criação de animais foram apontadas pelos viajantes como as mais imediatas alternativas à retração da mineração. O abastecimento dos centros mineradores, na maior parte das vezes especializados na extração aurífera, representava considerável estímulo para as áreas vizinhas. Os viajantes dedicaram muitas linhas de seus relatos para condenarem as técnicas agrícolas que predominavam na região (e que em nada diferiam das vigentes nas outras regiões de Minas Gerais), que deveriam ser substituídas por procedimentos que tornariam as atividades mais

produtivas e que resultariam no estancamento do avassalador processo de destruição dos recursos naturais.

Os viajantes consideravam as condições em geral dos transportes como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores, sobretudo para aqueles que atendiam mercados distantes. As enormes dificuldades de assalariamento da população livre também constituía-se em grave obstáculo ao pleno desenvolvimento de várias atividades que, por inúmeras razões, dependiam da mão-de-obra livre. Ambos os problemas afetavam as demais regiões, sobretudo o dos transportes que se agravava do centro para a periferia da província.

As porções extremo-leste, extremo-oeste e sul da Região Mineradora Central apresentavam a mineração associada com o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram as atividades centrais.

Região Sudeste, Sul Central e Sudoeste

Compreende os municípios de Jacuí -1831/32, Campanha -1831/32, Baependi -1831/32, São João Del Rei -1831/32 e a parcela do Município de Barbacena -1831/32. Corresponde a zona fisiográfica Sul e a porção da zona fisiográfica Campos das Vertentes.

Região Sudeste: Compreende o Município de Baependi -1831/32, parcela do Município de São João Del Rei -1831/32 (corresponde ao Município de São João Del Rei -1833/35) e parcela do Município de Barbacena -1831/32. Região Sul Central: Compreende o Município de Campanha -1831/32 e parcela do Município de São João Del Rei -1831/32 (corresponde ao Município de Lavras 1833/35). Região Sudoeste: Compreende o Município de Jacuí -1831/32.

Contrastando com a Região da Mata, a Região Sul apresentava a vegetação de campos como cobertura dominante, sendo que as florestas predominavam, sobretudo, na sua porção meridional. A criação, principal atividade da região, era exercida nos campos. As matas, derrubadas para o cultivo, eram dominadas por agricultura voltada para o abastecimento de mercados intra e inter-regionais ou auto-consumo. Alguns gêneros respondiam por importantes fluxos comerciais, sendo exportados para fora da região.

Spix/Martius, vindos de São Paulo, cruzam a Região Sul na sua porção central, passando inclusive por Campanha. Saint-Hilaire também cruza a região por duas vezes, porém, na sua porção oriental. Podemos dividir o território percorrido por Spix/Martius em duas porções. Até mais ou menos a altura de Campanha os autores relatam a grande incidência de matas, a agricultura voltada para o auto-consumo e,

na área de Campanha, a mineração de ouro vigorosa. Já a parte percorrida entre Campanha e São João Del Rei apresentava a criação como atividade preponderante.

Saint-Hilaire dispensou algumas considerações sobre a Comarca do Rio das Mortes, cujo território ultrapassava a Região Sul. Vejamos alguns aspectos mais importantes. Exportava gado e porcos da *zona do Rio Grande* (Saint-Hilaire define a zona do Rio Grande como "*as terras situadas nas cabeceiras desse rio e que, conseqüentemente, ficam ao sul da sede da Comarca do Rio das Mortes*" - São João Del Rei) e fumo produzido no Termo de Baependi. A Comarca era a porção mais densamente povoada de Minas Gerais. A população branca respondia por um terço dos habitantes, a maior proporção de Minas Gerais, decorrência do predomínio do comércio e da criação de gado, que necessitavam em menor escala do recurso à mão-de-obra escrava. A maior parte da população concentrava-se na parte oriental da Comarca (a Região Sul correspondia a mais ou menos dois terços da Comarca do Rio da Mortes, que compreendia ainda as porções meridionais das Regiões do Sertão do Indaiá-Abaeté, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e da Mata, além do sudoeste da Região Mineradora Central).

O viajante francês percorreu a porção oriental da Região Sul. Sobre a já definida zona do Rio Grande, Saint-Hilaire teceu importantes considerações. A mineração atrofiara quase que totalmente e a agricultura e, principalmente, a criação eram as principais atividades econômicas. Este importante fluxo comercial era intermediado por *negociantes*, que compravam o gado na região e revendiam para o Rio de Janeiro. Saint-Hilaire caracterizou a criação bovina: o gado era "*afamado por sua robustez e seu grande porte*", havia necessidade de dar sal periodicamente aos animais, os escravos eram utilizados na criação, procedia-se ao confinamento parcial dos animais, os pastos eram queimados anualmente, e a produção leiteira coexistia com a criação para corte (fabricava-se grande quantidade de queijo e exportava-se para o Rio de Janeiro). A criação de porcos também era expressiva, voltada para a produção do toucinho e exportação para o Rio de Janeiro. Criava-se carneiros, produzindo tecidos grosseiros para os negros e fabricando chapéus de lã. As fazendas eram lucrativas, sendo de fundamental importância a privilegiada localização da região, tão próxima do Rio de Janeiro.

Breve painel da economia provincial

É possível depreender das 16 regiões algumas características mais gerais da Província de Minas Gerais. Os depoimentos dos viajantes revelam que a organização econômica mineira da primeira metade do século XIX era marcada por fortes contrastes regionais. A irregular distribuição da população e a grande variação do nível de atividade econômica são os principais indicadores das desigualdades regionais.

Minas apresentava estrutura fundiária complexa, apesar de acentuada concentração observada em muitas regiões. As formas de ocupação e exploração econômica estavam quase que sempre a definir a distribuição da terra. Algumas atividades econômicas estavam quase sempre associadas aos grandes latifúndios, como a pecuária extensiva das regiões do norte. As áreas de fronteira, onde a colonização baseava-se na agricultura, eram na maior parte das vezes áreas de estrutura fundiária desconcentrada, como nas regiões do leste mineiro.

Quanto a antiguidade da ocupação e densidade demográfica Minas dividia-se em três grupos de regiões. As ocupadas originalmente com a mineração do ouro e diamantes eram as mais densamente povoadas. Com ocupação que remontava ao século XVIII, as áreas mineradoras concentravam a maior parte da população mineira, tornando suas regiões as mais populosas. Localizadas no centro e sul, estas regiões detinham a mais desenvolvida rede urbana de Minas Gerais. O segundo grupo era formado pelas regiões que apesar de ocupação antiga, ligada a pecuária extensiva, caracterizavam-se por pequena densidade populacional e inexpressiva rede urbana. Este grupo de regiões situava-se no norte de Minas. O último grupo de regiões tinha como traço comum a ocupação recente, a presença de áreas de fronteiras ou mesmo a existência de territórios desocupados. Menos homogêneo, este grupo era formado por regiões com densidades demográficas e redes urbanas variadas. Localizavam-se no oeste e leste da província.

Grande era a diversificação econômica de Minas Gerais. Entre as regiões existiam vínculos que as tornavam complementares e interdependentes, configurando divisão regional do trabalho. Da mesma forma, percebeu-se a existência de interações internas às regiões, reveladoras de especializações intra-regionais. A identidade econômica das regiões era resultado das combinações específicas de suas dinâmicas interna e externa. O comércio de exportação para fora da província fazia parte da dinâmica externa das regiões. Os viajantes descortinaram cenário onde os fluxos comerciais internos e externos (sobretudo o comércio com o Rio de Janeiro) eram vigorosos. Minas Gerais possuía setor mercantil que ocupava parcela considerável da população, transacionava volume impressionante de mercadorias e movimentava uma miríade de caminhos e estradas.

O trabalho escravo estava disseminado por todas as regiões. Contudo, acentuadas eram as distinções regionais referentes ao seu emprego. A natureza das atividades econômicas dominantes em cada região determinava sua dependência de mão-de-obra cativa, bem como a sua capacidade de aquisição e reposição do plantel; o resultado era que a instituição servil mostrava-se mais vigorosa em determinadas regiões e a estrutura da posse de escravos era muito diferenciada. A prática de aluguel de escravos era generalizada, principalmente associada à mineração de ouro e diamantes. O mercado de trabalho livre aparece caracterizado pelas dificuldades de assalariamento. O trabalho familiar predominava nos setores

mais pobres da população, impossibilitados de recorrer ao braço escravo. Nas zonas de colonização, tanto nas fronteiras leste como oeste, a economia baseava-se no recurso à mão-de-obra livre, principalmente familiar.

Agricultura e pecuária eram as principais atividades econômicas de Minas Gerais. Presentes em todas as regiões e ocupando a maior parcela da população, a agropecuária constituía-se na principal alternativa à mineração em retração. Todavia, a distribuição geográfica da produção apontava para aquelas especializações regionais. A posição em relação aos potenciais mercados consumidores e abastecedores de mão-de-obra escrava (sobretudo a Cidade do Rio de Janeiro) e as condições naturais em geral eram os principais fatores a determinar o tipo e escala da produção. O comércio interno de gêneros da agricultura e da pecuária, intra e inter-regiões, era extremamente ativo.

A mineração ainda era atividade destacada em alguns pontos. Porém, estava associada, na grande maioria dos casos, ao espectro da *decadência*. Os sinais mais evidentes de sua retração eram a ruína dos centros urbanos, os problemas relativos a recursos técnicos e de capital enfrentados pelos mineradores e a proliferação da faiscação.

As atividades de transformação em geral vicejavam por todo território mineiro. Os oficiais e artífices dos mais variados misteres eram parcela significativa da população. A siderurgia das pequenas forjas, a indústria têxtil doméstica e o variado artesanato urbano constituíam-se nas principais expressões. Algumas regiões, em função de maior disponibilidade de matéria-prima e maior demanda, apresentavam seus setores de transformação mais desenvolvidos.

III. A REGIONALIZAÇÃO PROJETADA PARA A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII E A COMPLEXIFICAÇÃO ECONÔMICO ESPACIAL

A questão determinante a uma diferenciação econômica dos espaços das Minas já no século XVIII ainda está, todavia, por ser destacada a contento aqui; trata-se exatamente do processo original de configuração desses mercados segmentados na capitania, que no dezanove terminariam por demarcar uma realidade econômica efetivamente regionalizada. Neste sentido, é bom que se insista que uma primeira particularidade dos mercados locais, “regionais” em sentido amplo, de Minas no século XVIII é, em si, a própria possibilidade de desenvolvimento de uma economia regionalizada nos quadros do sistema colonial, entendida esta como o resultado de bases produtivas diferenciadas plantadas em meios geográficos com características naturais próprias, desencadeando dinâmicas diversificadas e apresentando relações econômicas que de alguma forma as articulem. A despeito da direta inserção do ouro enquanto um produto de exportação dentro da pauta e da lógica do sistema colonial, as particularidades desta economia mineradora fazem processar uma conjuntura de segmentações e atividades complementares que é em

muito distante do ambiente circunscrito por outros produtos de exportação colonial. São exatamente estas complementaridades que dão a tônica de uma experiência distinta no seio do sistema colonial —cedo encarada assim pela coroa com a instalação de um ampliado aparelho burocrático e de controle—, que por suas características intrínsecas fazem processar novos ritmos no comércio, articular circuitos de abastecimento e animar uma base de produção agropecuária.

Minas termina por ser responsável, como se disse, pelo primeiro movimento de articulação macro-regional no território da colônia em função da força de sua economia mineradora, sendo o seu processo de diferenciação interna em grande parte decorrência direta desta realidade. Neste sentido, o processo de regionalização da capitania guarda intimidade com as diferenças econômico-produtivas de áreas complementares da atividade mineradora e da força dos mercados macro-regionais a que lhe caberia o papel de articular. Daí a importância da reflexão acerca dos caminhos para a compreensão da formação dos “espaços” das Minas deste tempo. O destino final dos caminhos viessem do norte ou das áreas ao sul era o mesmo, a região das “minas”, o perímetro dos núcleos mineradores originais. E é entre as rotas do sertão ao norte, o caminho novo até o Rio de Janeiro o velho vazando os núcleos do sul até São Paulo, que se orientam as coordenadas originais desta região das “minas”. A partir de 1744, data da descoberta oficial das jazidas, marcaria-se a meio caminho da picada para Goiás, as minas de Paracatu; e já a vários anos, a nordeste, no vale do rio Jequitinhonha, o bom sucesso das lavras de Minas Novas, fazendo funcionar, em alguma medida, nessas paragens os movimentos de centralização, atração populacional, e promoção de eixos de comércio e abastecimento próprios dos núcleos mineradores.

Especialmente à primeira metade do século, a realidade dos caminhos é determinante do desenvolvimento e integração de algumas áreas no mapa das Minas; mais à frente estas dinâmicas se confundiriam com a consolidação das atividades agropecuárias em regiões diversas, em um desenho que prenuncia, e prepara, a realidade setorizada que se pode ler no Dezenove, tal qual se vê no **MAPA 2**. À altura dos anos vinte dos setecentos, eram três os registros de entrada de mercadorias na capitania: o de Rio Grande, no caminho de São Paulo, o das Abóboras, no que seguia para a Bahia e o do Caminho Novo, ao meio da viagem do Rio de Janeiro. A este momento de forte expansão das Minas, as relações com a praça do Rio de Janeiro, como já se mencionou anteriormente aqui, eram ainda bastante acanhadas, sendo que era de São Paulo que partia a maior parte das fazendas de secos e molhados, e da Bahia o maior número dos escravos usados nas minas, como se verifica na TABELA 2.²⁷ Esta conjuntura foi então progressivamente pendendo para o Rio de Janeiro, e em meados do século o quadro do volume de

²⁷ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.108-110.

entrada pelos registros seria bastante diverso, alçando a praça do Rio a uma posição de destaque. Ao que interessa aqui, entretanto, importa dizer que à segunda metade do Dezoito não só o arranjo das ligações com os mercados externos à capitania estaria alterado, em detrimento do eixo norte em direção a Salvador, assim como já estaria bem fincadas as rotas de circulação de mercadorias produzidas e consumidas na própria capitania, sendo, por exemplo, os registros de entrada de mercadorias importadas como o sal para o gado, ou de muares para compor tropas, bons indícios do desenvolvimento dessas atividades em algumas regiões. A especificidade maior das atividades produtivas da economia mineira para além do ouro nos setecentos é a ausência de gêneros alimentícios com vistas a exportação. A produção se pautava pelos gêneros de subsistência, e somente a dinâmica de núcleos essencialmente urbanos dedicados à indústria mineratória foi capaz de desenvolver este desenho econômico. A esta segunda metade do século XVIII então, já seria possível rastrear um processo mais complexo de diferenciação econômica dos espaços da capitania, conformando um punhado de cortes capazes de orientar um exercício de regionalização, para os quais sem dúvida os registros são boa porta de entrada às especificidades que se conformam.

TABELA 2: Movimento de cargas e escravos em 1717

	Registro			Total
	Rio Grande	Abóboras	Caminho Novo	
Secos	1.007 (73%)	210 (15%)	158 (11%)	1.375 (100%)
Molhados	8.664 (85%)	1.350 (13%)	223 (2%)	10.237 (100%)
Escravos	177 (17%)	778 (74%)	92 (9%)	1.047 (100%)

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.109.

Para a segunda metade do Dezoito, os registros que escrituravam o movimento de importação de mercadorias, seriam basicamente os do Caminho Novo, Mantiqueira, Jacuí, Ouro Fino, Itajubá e Jaguari, ao sul, e ao norte os de Rio Pardo, Malhada, Jequitinhonha e Aracuaí. Além destes pode-se demarcar outros tantos mais que cuidavam especialmente da circulação interna de mercadorias da capitania, aí estariam os registros de Zabelê, Sete Lagoas, Ribeirão da Areia, Pitangui, Onça, etc. A posição central da praça do Rio nos negócios das Minas se anota especialmente da posição que manteve durante toda a segunda metade do século o registro do Caminho Novo, pela altura de Mathias Barbosa, sendo responsável por cerca de sessenta por cento do total do contrato das entradas no século. Não obstante a posição deste registro no conjunto das importação mineiras ao longo do Dezoito, pode-se verificar uma progressiva diminuição de sua movimentação com o aproximar do final do século, o põe em cena a crescente importância no mesmo período do registro da Mantiqueira com volumes crescentes, mas não obstante em valores ainda bastante abaixo dos do Caminho Novo. Esse registro importava especialmente equinos e sal, o que estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento da agropecuária na região sul, e

respondendo a um movimento crescente de exportação de fumos, reses e porcos para o Rio de Janeiro já no último quartel do século. Da mesma forma deve-se anotar o crescimento nos volumes de entrada do registro da Malhada, na divisa da capitania ao norte, que seria responsável quase que exclusivamente pela entrada de enormes quantidades de sal, provenientes das salinas do São Francisco, e que se destinariam especialmente a dois entrepostos redistribuidores, na Barra do Rio das Velhas e em São Romão.²⁸

No que diz respeito à fronteira do sul de Minas com o norte de São Paulo, para a segunda metade do século, por onde se estendiam os registros de Itajubá, Jacuí, Mandu (depois transferido para Jaguari) e Ouro Fino, a regra foi o de um comércio acanhado, especialmente de molhados, onde só em pequeno número eram registradas fazendas secas ou a entrada de escravos. Todavia, reforçando o argumento geral do desenvolvimento da região sul aos últimos anos do Dezoito e na virada para o Dezenove, pode-se anotar o aumento dos rendimentos de alguns destes registros, como a partir de 1774 para o de Itajubá, ou no movimento crescente de entrada de muares e cavalos novos pelo registro de Jacuí a partir do ano de 1772. A TABELA 3 oferece algumas agregações dos dados de entrada de mercadorias por esses registro do eixo sul da capitania, assim como do rendimento total das entradas. Mesmo sendo essencial a ressalva dos problemas resultantes das séries incompletas, o se reflete nas médias apresentadas, a visão geral desses movimento ilustra o argumento geral aqui apresentado.²⁹ Infelizmente, os dados das exportações a partir desses registro são exíguos para o começo do Dezenove e mais ainda para o Dezoito, não obstante, a dinâmica das entradas ajuda a tecer algumas considerações indiretas sobre o desenvolvimento econômico das regiões. Desta forma, é importante destacar a progressiva retração no movimento do registro do Caminho Novo (TABELA 4), e especialmente o movimento crescente na importação de sal e equinos no registro da Mantiqueira no sul de Minas (TABELA 5), que relaciona-se diretamente ao também crescente movimento de exportação de fumos, reses e porcos pela região para o Rio de Janeiro, para o qual tem-se os dados para o período entre 1802 e 1811 (TABELA 6).³⁰

TABELA 3: Rendimento médio do contrato das entradas (em mil réis - 1\$000)

Registro	1769-72	1790-93	1794-97	1804-07
Caminho Novo	127.481	91.840	84.245	-
Mantiqueira / Capivari	15.236	23.530	20.891	15.017
Jaguari / Mandu	3.386	-	-	-
Itajubá	202	1.279	1.699	1.610
Ouro Fino	339	403	-	844
Jacuí	257	285	117	551
Todos os registros da capitania	136.027	131.569	114.764	115.981

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.255-8.

²⁸ *Idem*, pp.111-4.

²⁹ *Idem*, pp.114-7.

³⁰ *Idem*, p.112.

TABELA 4: Movimento das entradas pelo registro do Caminho Novo (1763-1769)

	1763	1764	1785	1786	1789	1790
fazenda seca (cargas)	-	-	15.887	13.673	6.366	17.025
molhados (cargas)	-	-	47.484	43.618	26.561	62.189
escravos	3.721	3.619	2.253	2.038	904	1.842
	1791	1792	1793	1794	1795	1796
fazenda seca (cargas)	20.402	17.653	16.235	16.981	13.342	11.415
molhados (cargas)	61.657	57.186	64.958	58.931	57.597	46.382
escravos	2.005	1.897	1.720	2.243	2.046	856

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

TABELA 5: Movimento das entradas pelo registro da Mantiqueira (1788-1818)

	1788	1789	1790	1791	1792	1793
escravos	119	186	85	90	142	274
sal (cargas)	22.000	17.097	13.283	11.745	-	-
mulas	2.087	950	1.331	2.632	1.045	2.618
cavalos	373	414	99	6	32	63
	1794	1795	1796	1797	1798	1799
escravos	139	220	199	145	68	58
sal (cargas)	-	-	-	-	-	-
mulas	860	3.387	671	1.718	1.157	1.974
cavalos		15	15	97	34	93
	1800	1804	1805	1806	1807	1818
escravos	91	122	113	157	106	235
sal (cargas)	-	13.480	14.832	13.019	12.716	16.067
mulas	383	137	1.551	717	554	767
cavalos	9	63	95	24	40	-

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

TABELA 6: Movimento da exportação pelo registro da Mantiqueira (1802-1811)

	1802	1803	1804	1805	1806
reses	1.050	717	1.547	2.056	1.142
toucinho (porcos)	716	635	486	594	794
fumo (arrobas)	10.626	12.910,5	12.537,5	11.496,5	9.356,5
	1807	1808	1809	1810	1811
reses	1.504	401	2.195	1.114	2.015
toucinho (porcos)	1.164	756	608	528	1.632
fumo (arrobas)	13.813	10.389	13.261	12.488	13.296

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.114.

O movimento dos registros localizados no entorno dos núcleos mineradores principais da capitania —tanto a zona mineradora central, como a demarcação diamantina e as vilas de Paracatu e Pitangui— oferecem referências importantes acerca dos circuitos internos de abastecimento. Este movimento interno da economia, que fazia passar por estes registros, especialmente as “fazendas sertanejas” —sal das salinas sanfranciscanas, sabão, sebo, carne-seca, sola, cera e couros de boi, de veado e de lontra, além de ‘peixes salpresos’—,³¹ mas também as rezes das zonas curraleiras e uma série de produtos para o consumo imediato que muitas vezes eram incluídos indistintamente na rubrica de molhados.³²

³¹ . *Idem*, p.78.

³² Acerca desses movimentos de circulação interna de mercadorias e das direções e ritmos desses fluxos, Renato Pinto Venancio tece algumas considerações interessante em artigo recente, produzindo mesmo um mapa das principais rotas comerciais de Pitangui no

O atendimento da demanda era feito por grandes unidades produtivas, o que constitui, como insiste Angelo Alves Carrara, uma característica estrutural da economia colonial mineira, cabendo a poucos titulares a quase totalidade da produção mercantil de gêneros agropecuários.³³ Pode-se inferir que esta especificidade, que foi regra no Dezoito, teria conferido o dinamismo necessário à atividade para processar rearticulações eficientes em função do surgimento ou incremento da demanda de áreas em desenvolvimento dentro ou fora da capitania. Neste sentido também, aponta-se mais um eixo em que é correto relativizar a perspectiva de que a economia agropecuária que se desenvolve em função do abastecimento da praça do Rio de Janeiro a partir de 1808, englobava propriedades de porte diverso em um mecanismo de “produção mercantil de subsistência”, como insiste Robert Slenes. Não é o caso de se tomar a economia agropecuária no Dezenove como resultado de fórmula única, as evidências demográficas, inclusive no que diz respeito à estrutura de posses de escravos, apontam mesmo para a diversidade desses cenários econômicos na trajetória da capitania/província; mas sem dúvida, a estrutura de concentração da produção voltada para o abastecimento ao longo da segunda metade do Dezoito em Minas, oferece um importante indício para analisar a formação do setor exportador mineiro do Dezenove.

Para apresentar, finalmente então, a regionalização dos espaços econômicos para a segunda metade do Dezoito, o primeiro elemento a ser novamente lembrado é a fluidez dos limites do território da capitania. As fronteiras como já se insistiu anteriormente seriam ainda por muito um objeto em construção e neste sentido, mais importante aqui é a visualização de espaços que apresentam identidades econômicas e uma certa unidade de atributos geográficos, aos quais, em última instância, as atividades produtivas estão associadas. Daí também a importância das “categorias de percepção” do espaço setecentista apresentadas no **MAPA 1**, como elementos centrais para a construção de cortes de regiões válidas para o Dezoito. Associando essas categorias de percepção do espaço que se pronunciam ainda na primeira metade do Dezoito, ao modelo de regionalização para o século Dezenove apresentado acima (**MAPA 2**), quer se sustentar um diálogo entre essas segmentações do território, que seja capaz de captar o elemento dinâmico da diferenciação do espaço mineiro. Partindo então de certas agregações desse modelo de regionalização para o Dezenove, e pressupondo as questões específicas das tramas do comércio setecentista, apoiadas aqui especialmente nas pesquisas de Angelo Carrara, assim como ajustando os cortes em atenção a especificidades do relevo, da hidrografia e mesmo de conjunturas da estrutura administrativa no Dezoito, é possível apresentar o esboço de dez regiões neste mapa da capitania de Minas. (**MAPA 3**)

Dezoito. Veja: Renato Pinto VENANCIO, “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial” in: Júnia Ferreira FURTADO (org.), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. Outra referência importante para a análise dos fluxos de mercadorias no entorno de alguns dos núcleos mineradores é, Cláudia Maria CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercados das Minas Setecentistas*, São Paulo, AnnaBlume, 1998.

Na parte sul, divisa-se a região da **Mata**, que corresponderia exatamente às porções de vegetação mais densa da Serra da Mantiqueira a partir da fronteira com o Rio de Janeiro, e os **Campos Sul**, que marcam a saída dos “matos” para o “campo” a leste, as conflituosas fronteiras com o norte de São Paulo abaixo dos rios Verde e Sapucaí ao sul, e a oeste, no curso do Rio Grande até áreas ainda pouco povoadas na segunda metade do Dezoito. Esta primeira região basicamente coincide com a região da Mata da regionalização para o Dezenove, e a segunda é a soma das regiões Sudeste, Sul Central e Sudoeste.

Mais ao centro, divisa-se a região **Mineradora Central**, que representa o núcleo central da faixa das “Minas” dentro das categorias de percepção do espaço setecentista. Responde exatamente pela porção mais marcada pela mineração do ouro e diretamente matizada pela influência de Vila Rica e Mariana, e mais acima da vila de Sabará. Apresenta as terminações da Serra do Espinhaço, o que lhe marca um relevo bastante acidentado. Corresponde em grande parte à agregação das regiões Mineradora Central Oeste e Leste, todavia preservando o espaço de articulação direta de Sabará no alto Rio das Velhas.

A oeste está a região do **Rio das Velhas e Alto São Francisco**. Esta área encontra-se delimitada pela barreira natural da Serra da Canastra a oeste e abriga as nascentes do Rio São Francisco que lhe corta em seu curso rumo ao norte. Sua área central é dominada pela influência da Vila Nova do Infante de Pitangui. Ao sul faz borda com o Rio Grande nas terras em que seria fundada em 1789 a vila de São Bento do Tamanduá e ao norte se limita pela importante área de entreposto e ligação com os sertões no encontro do São Francisco com o Rio das Velhas. Respeita alguns dos limites principais das regiões Intermediária de Pitangui Tamanduá, Sertão do Alto São Francisco e Médio Baixo Rio das Velhas. Também para oeste, para além da Serra da Canastra, estão as terras do **Sertão de Goiás**, que só tiveram sua ocupação iniciada na segunda metade do Dezoito, permanecendo daí até o começo do Dezenove como território da pertencente à capitania de Goiás.³⁴

A leste estão as terras extensas do **Sertão do Rio Doce**, em identidade com a região de mesmo nome na regionalização para a província, e correspondendo às terras de fronteira, perfazendo um vazio demográfico até mesmo na primeira metade do Dezenove, ocupado por diversas tribos de índios bravios.

³³ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.132.

³⁴ As notícias iniciais da ocupação desta parte do território são espaças e um tanto conflituosas. De forma geral, a ocupação parece se relacionar aos primeiro descobertos auríferos das “minas do desemboque” no começo da década de sessenta do século XVIII, não obstante certos indícios apontarem para entradas mais antigas por essas áreas. O território passa, em meio a algumas disputas, a pertencer à capitania de Goiás e só em 1816 é assegurada a incorporação ao território mineiro dos julgados de Desemboque e São Domingos do Araxá. [Diogo de VASCONCELLOS, *História média...*, pp.182-8 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1995, pp.31-4 e 112-4.]

A região **Diamantina** reúne as áreas de influência direta do distrito diamantino e da Vila do Príncipe, com recorte um tanto diverso da região de mesmo nome na regionalização do Dezenove.

Ao norte estão os extensos prados das regiões do **Sertão do São Francisco**, **Sertão do Urucuia** e **Paracatu**. A primeira corresponde às grandes extensões de terras desde a margem direita do Rio São Francisco até o leito do Rio Jequitinhonha. Encontra-se ferida em seu interior pelo maciço da Serra do Espinhaço, e em sua porção mais a leste é território de influência direta da vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, fundada ainda em 1729, e mais a leste dos principais entreposto e paragens do curso do São Francisco. É bom que se insista também na fluidez dos limites desse território amplo dos sertões no que diz respeito às suas fronteiras com a Bahia.³⁵ Relativamente à regionalização para o século Dezenove, corresponderia às regiões de Minas Novas e do Sertão.

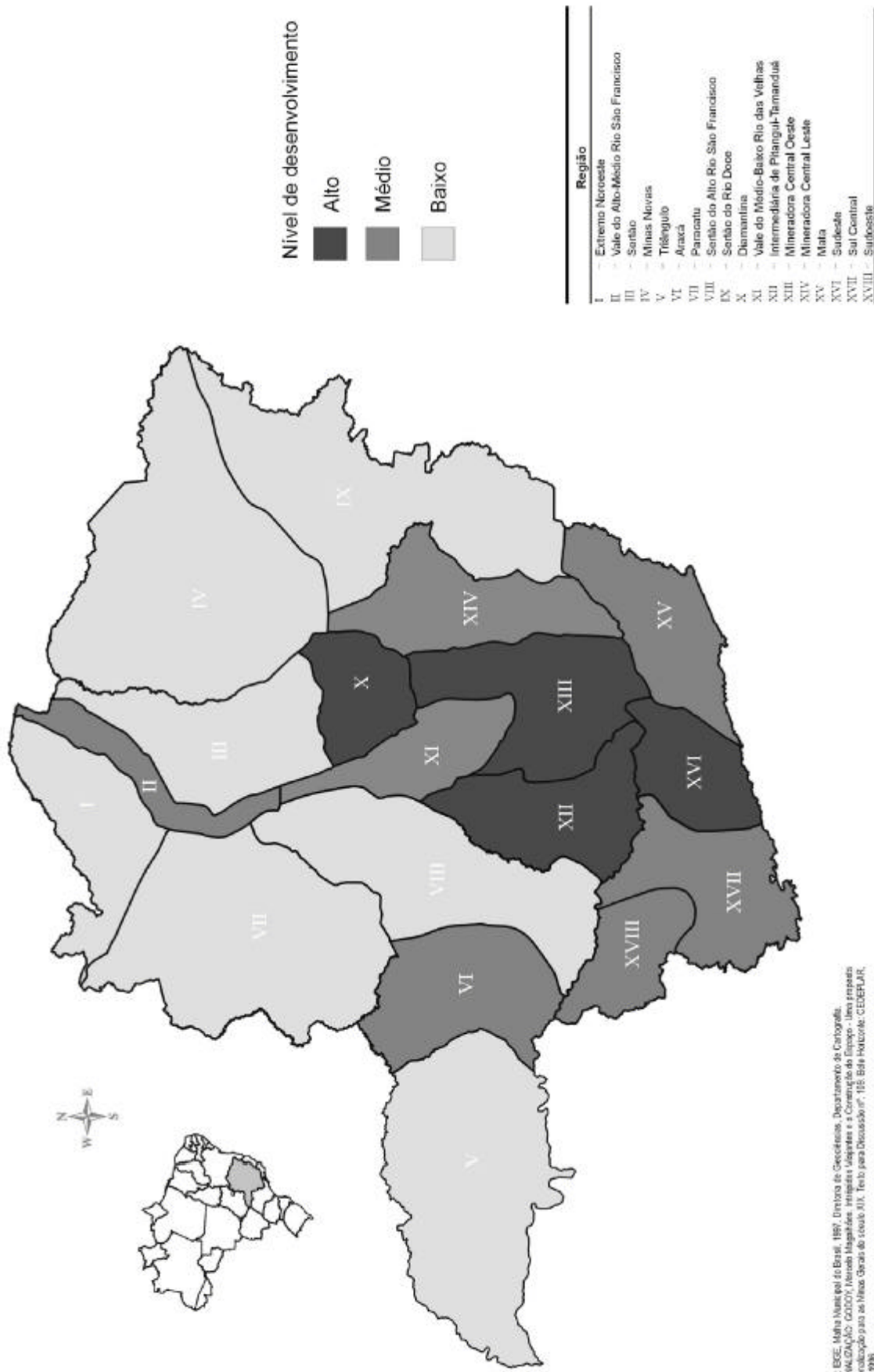
A região do **Sertão do Urucuia** e também um ponto de baixíssima densidade demográfica, marcando indefinições de limites com os confins da capitania de Pernambuco. Finalmente, a região de **Paracatu**, representa os limites da expansão da colonização no território mineiro e um ponto de junção de caminhos na direção de Goiás. A norte corta com o vale do Rio Urucuia e a nordeste faz ponta com as terras da freguesia de São Romão, à margem esquerda do São Francisco.

Não se pôde aqui dar maior vagar às discussões historiográficas essenciais ao estudo das transformações na economia mineira entre os séculos XVIII e XIX; tampouco sobre o específico da conformação do espaço das Minas no século XVIII, com a composição do urbano a partir da mineração, assim como os movimento internos da população no curso de expansões e rearticulações da economia. Não obstante, acredita-se que o quadro apresentado, reunindo e apresentando de forma conjunta dois esforços de pesquisa já anteriormente apresentados, serve para incitar o debate sobre o processo de diferenciação econômico-espacial do território mineiro nestes dois séculos, e insistir na necessidade de cada vez mais as pesquisas fugirem dos anacronismos e se embasarem em referências espaciais adequadas ao tempo em questão.

³⁵ Em 1729 uma carta régia determinava que os novos descobertos de Araçuaí e Fanado ficassem pertencendo à capitania da Bahia. A vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, criada no mesmo ano, estaria administrativa e militarmente subordinada ao governo da Bahia, mas judicialmente pertencendo à comarca do Serro Frio. Em 1757, o Conselho Ultramarino determina a incorporação desta área ao território da capitania de Minas, mas ainda assim algumas dúvidas na interpretação desta resolução só fizeram com que a questão se resolvesse por completa com uma carta régia de 1760 que determinava taxativamente a subordinação de Minas Novas — militar, administrativa e judicialmente— à comarca do Serro Frio. [RAPM, Ouro Preto (I), 1896, p.769 e (III), p.777 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário...*, pp. 204-5]

MAPA 2

Regionalização da Província de Minas Gerais



FONTE: IBGE, Atlas Municipal do Brasil, 1987. Diretoria de Geodésia, Departamento de Cartografia, RECONSTRUÇÃO COORDENADAS UTM, MONTAGEM, IMPRESSÃO, LIGATURAS E CORREÇÃO DE ERROS, SEMPRE DESENVOLVIDO PARA O NÍVEL GERAL DO TÍTULO III, TÍTULO PARA DISCUSSÃO Nº. 115, BOM FOLIO: GESEPLAR, UFMG, 1998.
 CARTOGRAFIA: SANTOS, Ivan Sérgio Mendes B., DINIZ, Bernardo Polígenes Campesini.
 DESENHO GRÁFICO: AMORIM, Alisson Luiz Prado.

